

# REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO: DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS PARA OS ESTUDOS DISCURSIVOS

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo\*

## Introdução

Tanto nas Ciências Cognitivas quanto nos Estudos Discursivos, o conceito e a natureza da **representação** são objeto de debate. Ora o termo é aplicado na relação língua-realidade, em que elementos gramaticais e lexicais são instanciados para representar/construir, de forma perspectivada, aspectos do mundo, contribuindo, por exemplo, para a manutenção ou para a contestação de relações de poder – como observamos em Fairclough (2003) ou van Leeuwen (2008) –; ora é utilizado em termos da relação mente-(corpo)-ação, como uma unidade organizadora da atividade cognitiva que permite categorização, geração de inferências, ação situada, pensamento abstrato, relações tipo-ocorrência, intencionalidade e correção interacional – conforme vemos em Barsalou (1999), Anderson (2005), Lindblom (2015).

Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir essa dispersão da noção, debater possibilidades de articulação que sejam relevantes para os estudos linguísticos e discursivos e refletir acerca das implicações dessa articulação para a área<sup>1</sup>.

Para isso, organizamos o texto da seguinte forma:

\* Professor doutor da Universidade de São Paulo. Membro do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP e líder do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC/CNPq).

<sup>1</sup> Estamos cientes de que a noção de **representação** atravessa muitos outros campos de conhecimentos – a Filosofia, a Semiótica, a Psicanálise, a Antropologia, a Psicologia Social, apenas para citar alguns. Logo, uma apresentação e discussão ampla sobre o conceito, suas limitações e aplicações demandaria uma densa obra multidisciplinar. Para este texto, nosso olhar ficará restrito às Ciências Cognitivas, à Linguística e aos Estudos Discursivos e, mesmo dentro dessas disciplinas, seleções serão realizadas, tendo em vista a maior ou menor relevância da noção em dados arcabouços teóricos.

- a) na primeira seção, apresentaremos posicionamentos, no âmbito dos estudos discursivos, referentes à relação entre língua, discurso e representação, debatendo, na sequência, as limitações e o potencial da noção de representação que subjaz a essas formulações. Tomaremos, como alvo da exposição, as propostas de Fairclough (2003) e de van Leeuwen (2008), ligadas aos Estudos Críticos do Discurso;
- b) na segunda seção, exporemos, de forma sintética, os dois principais paradigmas cognitivos vigentes e como eles concebem o funcionamento mental da representação. Trata-se dos modelos formais-computacionalistas e dos modelos corporeados-situados. Enfatizaremos o segundo tipo de modelo, cujo arcabouço está mais afinado para a análise da (inter)ação;
- c) na terceira seção, passaremos a discutir uma proposta sociocognitiva – majoritariamente computacionalista – que toma o discurso como elemento central para o conhecimento humano. Trata-se do trabalho de van Dijk (2014);
- d) na quarta seção, debateremos aspectos centrais dos modelos corporeados, mostrando seus possíveis avanços e fragilidades. Basear-nos-emos em autores como Clark (1997), Bickhard (1998), Nagel (2005), Anderson (2005), Svensson e Ziemke (2005), Semin e Smith (2008) e Lindblom (2015);
- e) por fim, na quinta seção, procuraremos articular, ainda que de forma sintética e genérica, os dois últimos modelos – assumindo, portanto, uma perspectiva corporeada fraca/leve, que admite a incorporação cerceada de estruturas computacionais – para a compreensão das operações cognitivas que estruturam a língua e o discurso. A fim de realizar tal tarefa, somaremos as contribuições da Linguística Cognitiva (Lakoff, 1987; Talmy, 2000; Croft e Cruse, 2004; Grady, 2005; Kövecses, 2010; Croft, 2012) e da Abordagem Cognitiva dos Estudos Crítico-Discursivos (Hart, 2014; Gonçalves-Segundo, 2014, 2016).

## 1. Sobre a relação entre discurso e representação

Nos estudos críticos do discurso, a noção de **representação** ocupa um papel significativo, uma vez que, nessa perspectiva, as ordens do discurso são concebidas como constituídas de três componentes: os **discursos**, os **gêneros** e os **estilos**. Desses, os primeiros consistem em modos sociossemióticos de representar a realidade, materializando as representações sociais circulantes. Vejamos a definição de Fairclough (2003, p. 124, tradução e destaques nossos) a respeito:

Eu entendo discursos como formas de representar aspectos do mundo – os processos, as relações e as estruturas do mundo material, do ‘mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos e das crenças e do mundo social. [...] Discursos diferentes são diferentes perspectivas sobre o mundo e eles estão associados às diferentes relações que as pessoas assumem em relação ao mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoais e sociais e de suas relações sociais em face de outras pessoas. Discursos não só representam o mundo como ele é (ou melhor, como é visto que ele seja); eles também são projetivos, imaginários, representando mundos possíveis que são diferentes do mundo real e que estão ligados a projetos de mudança rumo a direções particulares.

Van Leeuwen (2008), admitindo, por um lado, uma postura socio-cognitivista e, por outro, bebendo em Foucault, também defende uma associação entre **discursos** e **representações**, uma vez que os primeiros são entendidos como “recursos para representar práticas sociais”. Observemos o excerto em que ele faz tal afirmação:

Como discursos são sociocognitivos, modos socialmente específicos de conhecer práticas sociais, eles podem ser, e são, usados como recursos para representar práticas sociais em textos. Isso significa que é possível reconstruir discursos por meio dos textos que bebem deles. [...] Nas palavras de Foucault (1977: 125), discursos não envolvem apenas ‘um campo de objetos’, mas também ‘a definição de uma perspectiva legítima para um agente de conhecimento’ em um dado contexto. Eles não só representam o que está acontecendo, eles também avaliam os acontecimentos, atribuindo-lhes propósito e justificando-os. Em muitos textos, esses aspectos da representação tornam-se muito mais importan-

tes que a representação da prática social em si mesma (van Leeuwen, 2008, p. 6, tradução e destaques nossos).

Logo, a noção crítico-discursiva de **representação** que permeia a obra desses dois importantes nomes da área está fortemente atrelada à noção de **perspectiva** e de **legitimidade**, na medida em que discursos promovem a legitimação de um modo de conceber a realidade, de compreender a relação entre as pessoas, de entender as práticas sociais e a estrutura social, além do mundo físico e biológico, de forma que tais representações se tornam uma espécie de filtro que medeia a nossa percepção e ação no mundo. Em consequência disso, o agente está sempre, em alguma medida, estruturado por um conjunto de representações às quais não se é possível escapar, embora seja possível combater.

Nessa visão, por meio da atividade discursiva, as representações sociais circulantes são instanciadas em textos, e os textos contêm traços que nos permitem entrever as representações. Contudo, não se teoriza acerca da forma e da natureza dessas representações, relegando tal faceta a segundo plano – seriam as representações linguísticas, psicológicas, sociais, psicossociais, cognitivas? Seriam elas abstrações de instâncias concretas de uso linguístico – ou multimodal – que nos permitem depreender constantes, protótipos de comportamento ou caracterização? Se sim, qual seu estatuto ontológico? Seria possível depreendê-las fora da materialidade textual? Como nossa atividade linguístico-discursiva seria, de fato, afetada por elas e de que maneira elas se formariam? É possível pensarmos em um estatuto mental para essas representações?

Embora algumas dessas perguntas fujam, de fato, ao escopo de uma teoria discursiva – caso da última indagação, por exemplo –, é inegável admitir que o discurso consiste em um campo multi ou interdisciplinar de estudos. Por conseguinte, torna-se relevante o diálogo com outras ciências que busquem respostas para as questões anteriormente levantadas para que não abramos mão de um aspecto importantíssimo que, na área, comumente se ignora: além de seres sócio-históricos e semióticos, somos seres biológicos e cognitivos, e é essa complexidade que nos caracteriza. Se discursos semiotizam representações, se eles – e, portanto, elas também – implicam perspectivas legítimas sobre a realidade, que atividades mentais se processam na interpretação e na produção

textual, de forma a instanciar representações ou abstrair, pelo discurso do outro, tais formas de representação? Tal tipo de conhecimento pode ser fundamental para entendermos que recursos linguísticos podem ser mais persuasivos ou mais convincentes, mais sedutores ou mais repugnantes, mais conciliadores ou conflitivos, por exemplo.

As Ciências Cognitivas ainda estão longe de oferecer respostas definitivas a esse respeito, mas já, há algumas décadas, vemos reflexões nessa direção. Por conseguinte, a noção de **representação** é relevante objeto de investigação nessa área, sendo considerada central no debate sobre a natureza do pensamento, do conhecimento, do aprendizado e da ação.

## 2. Sobre modelos cognitivos: as propostas de símbolos modais e de símbolos amodais

A partir do momento em que saímos da realidade material da representação, por sua discursivização e consequente textualização, para entrarmos no terreno cognitivo, a primeira pergunta relevante passar a ser a configuração da representação. Aquilo de que se poderia abstrair em uma perspectiva discursiva torna-se objeto-chave para as Ciências Cognitivas.

Predominam, atualmente, dois modelos bem distintos, muito embora alguns autores, como Nagel (2005), trabalhem para uma possível articulação. Trata-se dos modelos formalistas ou computacionalistas e dos modelos corporeados ou situados<sup>2</sup>. No campo da linguagem, o Gerativismo chomskyano é o representante mais famoso da primeira perspectiva; e a Linguística Cognitiva, da segunda – muito embora esta última se valha de inúmeras noções amodais também, como a de *frame*.

*Grosso modo*<sup>3</sup>, em modelos amodais, estados perceptuais geram um padrão de ativação neuronal, que são “traduzidos” para um sistema ar-

<sup>2</sup> Embora estejamos nos referindo a modelos corporeados ou situados, não desejamos, de forma alguma, usar os dois termos como sinônimos. Há muita discussão a esse respeito, com autores que tecem linhas claras entre cognição situada e corporeada, por um lado, e autores que as veem como um mesmo paradigma. Há, obviamente, aqueles que não veem igualdades, mas diálogos e sobreposições, com as devidas especificidades de cada modelo. Trata-se da posição que assumimos. Contudo, não faremos tais distinções neste trabalho. Para detalhes sobre essa discussão, ver Lindblom (2015).

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, ler o excelente artigo de Barsalou (1999), *Perceptual Symbol Systems*. Trata-se de texto clássico sobre o assunto, que embasa a síntese aqui realizada.

bitrário de símbolos – seja pelos *traços* propostos em modelos formalistas clássicos ou por redes semânticas/*frames*, típicos de perspectivas sociocognitivas ou da própria Linguística Cognitiva. Linguagem, pensamento e memória articulam-se a partir desse novo sistema representacional. Já em modelos modais, os estados perceptuais que geram um dado padrão de ativação neuronal são extraídos para um sistema análogo de símbolos – os casos mais famosos são os *esquemas imagéticos*, propostos por teorias cognitivas corporeadas/corpóreas e pela Linguística Cognitiva, e os *símbolos perceptuais*, que se organizam em simuladores. Linguagem, pensamento e memória articulam-se a partir desse sistema, análogo à – mas abstraído da e esquematizado a partir da – experiência concreta.

Modelos corporeados visam a responder, por um lado, à complexa lacuna existente entre estados físicos associados a padrões de ativação neuronal e os processos cognitivos como um todo e, por outro, a uma série de estudos em Neurociências – Glenberg (2008) cita inúmeros – que mostram a ativação cerebral de sistemas sensorio-motores para interpretação de orações que, envolvem, por exemplo, verbos de movimento ou atividades manuais<sup>4</sup>.

Para tais modelos, a cognição é orientada para o controle adaptativo da ação (Semin e Smith, 2008) – diferente do que ocorre em modelos computacionalistas, que preconizam explicar a constituição do pensamento abstrato, a geração de inferências, o processamento de relações tipo-ocorrência (*type-token*) e a categorização, abstraindo, muitas vezes, da ancoragem biológica de tais processos. Uma das consequências disso é a visão da atividade perceptual e motora como simples mecanismos de *input* e de *output* da atividade cognitiva. Nos modelos corporeados, por sua vez, percepção, ação, afeição e movimentação são recrutados, de forma complexa e interativa, na atividade cognitiva, conforme exporemos pormenorizadamente na seção 4.

<sup>4</sup> Um outro caso, análogo ao que citamos, pode ser observado no artigo de Mason & Just (2016). Neste trabalho, os autores mostram que nosso aprendizado de conceitos abstratos de Física decorre de um redirecionamento de estruturas neuronais originalmente usadas para tarefas cotidianas. Assim, entender a noção de *gravidade*, por exemplo, envolve o recrutamento de sistemas cerebrais ligados à visualização de movimento causado.

Por ora, então, vale mencionar que os modelos partem de diferentes unidades cognitivas, tendo, portanto, distintas concepções de **representação**. Representações constituem-se em conjuntos de traços de uma linguagem do pensamento? Consistem em abstrações e esquemas de experiência sensorio-motora geradas por padrões de ativação neuronal similares que engendram simulações próximas e coesas sobre um dado objeto de concepção, que podem ser metaforizadas para a compreensão de realidades complexas, mais abstratas, que extrapolam a ancoragem físico-espacial de partida – como defendem Lakoff e Johnson (1980), por exemplo? Ou ainda configuram-se em redes associativas que consideram elementos multimodais, tentando conciliar o corpóreo e o computacional, por exemplo?

O fato é que, por enquanto, para explicar a atividade discursiva, aparentemente, nenhum dos modelos isolados é suficiente, especialmente, pela tendência de ambos em valorizar a experiência individual em detrimento da estruturação sócio-histórica e cultural. Os modelos socio-cognitivos e de corporeamento social tentarão suprir tal lacuna, e a linguagem consistirá em objeto fundamental dessas novas abordagens. Iniciaremos a discussão pelo modelo de van Dijk (2014), que alia Psicologia Social, Estudos Discursivos e Linguística para um modelo de conhecimento natural humano de base majoritariamente computacionalista<sup>5</sup> e social.

<sup>5</sup> Embora o modelo van dijciano tenha bases computacionalistas, especialmente por considerar como unidade fundamental a **crença** e por propor noções como **modelo mental**, **ideologia** e **atitude**, claramente não corporeadas, ainda que calcadas na experiência e fortemente atreladas à interação – o que dá ao modelo um teor *situado* também –, não podemos creditar ao autor um posicionamento computacionalista forte, como se vê na literatura gerativa, por exemplo, ou na Semântica Formal. Além disso, deve-se destacar que o autor reserva, em seu modelo, um espaço para a percepção e para a multimodalidade no gerenciamento do conhecimento na interação, o que permite pontes – tênues, mas existentes – com abordagens corporeadas.

### 3. A Teoria do Conhecimento Natural: o modelo sociocognitivo de Teun van Dijk

A abordagem sociocognitiva de van Dijk (2014) busca teorizar acerca do caráter social do **conhecimento de fundo** necessário tanto para a produção quanto para a interpretação discursiva e, assim, compreender a dinâmica da reprodução social (integração, interação e comunicação sociais). A proposta integra aspectos da Psicologia Cognitiva, da Psicologia Social, da Sociologia, da Linguística e dos Estudos Discursivos.

A noção central do modelo consiste na **crença**, entendida como uma **atitude mental** diante de um **estado de coisas**, representada em termos de **modelos mentais** e expressas, linguisticamente, por meio de **proposições**. Modelos mentais, por sua vez, são entendidos como “construções e representações mentais subjetivas [dinâmicas] de (experiências de) situações” (van Dijk, 2014: 24, colchetes nossos), estruturados em redes que comportam aspectos multimodais e situados na memória episódica. Em termos discursivos, são relevantes dois tipos de modelos mentais: os **situacionais**, que regulam o processamento semântico do texto, definindo coerência local e global; e os **contextuais**, que gerenciam o *Common Ground* entre os participantes, definindo a pertinência pragmática.

É, contudo, a noção de **conhecimento** que permite um elo mais intenso com o discursivo. Para o autor, o conhecimento consiste em uma crença social compartilhada por uma comunidade epistêmica e justificada por critérios variáveis de credibilidade, ancorados sócio-histórica e culturalmente. Ele é organizado a partir da generalização e da esquematização de modelos mentais via recorrência experiencial e, principalmente, via distribuição discursiva, integrando, assim, a memória semântica. Por conseguinte, o conhecimento consiste tanto na condição quanto na consequência do discurso.

A partir dessa noção geral, van Dijk (2014) propõe abordar cognitivamente dois conceitos importantes que entrecortam – em maior ou menor grau – diversas áreas de conhecimento, como a Psicologia Social, os Estudos Discursivos, as Ciências da Cognição e a Sociologia: a **atitude** e a **ideologia**. Expomos, na sequência, uma síntese das características dessas duas formas de conhecimento e uma figura que permite conceber a relação entre os principais construtos teóricos que apresentamos:



Quadro 1. Caracterização de *atitudes e ideologias*

Atitudes
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. são formas de crença social;</li> <li>b. são organizadas por esquemas gerais;</li> <li>c. são baseadas no conhecimento socialmente partilhado;</li> <li>d. são usualmente polarizadas;</li> <li>e. têm formato de script;</li> <li>f. são avaliativas, baseadas nos valores e normas compartilhados socialmente.</li> </ul>
Ideologias
<ul style="list-style-type: none"> <li>a. são crenças sociais partilhadas por grupos;</li> <li>b. são organizadas esquematicamente, definindo (em relação aos membros do grupo):               <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Identidade (quem somos, quem pertence a esse grupo);</li> <li>ii. Ação (o que fazemos e o que devemos fazer);</li> <li>iii. Objetivos (por que fazemos isso, por que estamos juntos, qual a finalidade do que fazemos);</li> <li>iv. Normas e valores (o que é bom ou ruim para nós, o que é permitido ou não);</li> <li>v. Grupos de referências (quem são os aliados e os inimigos);</li> <li>vi. Recursos (que recursos temos disponíveis e quais devemos reproduzir).</li> </ul> </li> <li>c. são adquiridas e reproduzidas discursivamente;</li> <li>d. não são estruturas adquiridas com exclusividade por cada indivíduo; dito de outro modo, cada indivíduo é membro de diversos grupos ideológicos;</li> <li>e. influenciam nossos discurso e nossas práticas, mas não os determinam, pois nossos modelos mentais de práticas sociais são controlados por várias formas de representação social e pessoal.</li> </ul>

Quadro 2. Sistemas de crença social



Fonte: elaboração do autor, adaptado de Van Dijk (2014, p. 96)

Logo, podemos concluir que o modelo sociocognitivo de van Dijk (2014) busca vencer o individualismo (formal ou experientalista) dos modelos anteriores, focando nas relações entre o social, o cognitivo e o linguístico-discursivo, o que, de fato, representa avanços significativos. Além disso, o autor busca dar estatuto cognitivo a fenômenos sociais, como a ideologia, sem – com isso – negar-lhes a materialidade nas práticas sociais e discursivas, integrando o que é da ordem da estruturação ao que é da ordem do dinamismo interacional.

Contudo, trata-se de um modelo que põe em segundo plano – ainda que não ignore – a dimensão da ação propriamente dita, tornando secundários elementos relevantes de caráter multimodal e perceptual que são essenciais para o processamento situado do discurso e, portanto, para o conhecimento. Ademais, mesmo sendo o discurso aspecto central do modelo, não se propõe – nem se assume ou se vincula a – uma determinada concepção de linguagem que possa apresentar compatibilidades com o modelo; nesse sentido, a abordagem não incorpora nem o formalismo gerativista, nem o corporeamento simples da Linguística Cognitiva. Assim, permanece uma incógnita acerca da forma como o microlinguístico se relaciona aos modelos mentais.

As abordagens de corporeamento social buscarão dar atenção a aspectos aqui negligenciados, como a dimensão acional e o papel do microlinguístico na formação das representações. Contudo, não trazem, ainda de forma nítida, considerações relevantes acerca do estatuto cognitivo de fenômenos como a ideologia, atentando-se muito mais ao dinamismo interacional que a estruturação sócio-histórica.

#### **4. Sobre representação e corporeamento social**

Em Lindblom (2015, p. 13, tradução nossa), temos a definição que consideramos mais abrangente do que significa adotar uma posição (socialmente) corporeada de cognição:

[...] a cognição corporeada inclui a pessoa que representa o corpo, todos os tipos de ação física e social, assim como os significados resultantes de ações. A mente humana e o self são relacionais por natureza. Eles desenvolvem-se pela emergência de interações so-

ciais, e esses processos podem ser entendidos somente à luz das oportunidades e das coerções de mecanismos corpóreos e de padrões dinâmicos de ação corporeada, que são em si cognitivos – tendo papéis cruciais na moldagem e no compartilhamento das experiências subjetivas humanas de seu corpo agente. Assim, o estabelecimento da mente social e do self é um ato social e, para guiar-se, o ser humano deve considerar como os outros vão agir e reagir em resposta às suas próprias ações, para as quais as esferas socioculturais funcionarão como suportes para a cognição de nível mais elevado. Isso significa que os ambientes físico, material, social e cultural são partes de um sistema cognitivo estendido.

A posição da autora difere substancialmente das primeiras formulações sobre cognição corporeada, que largamente ignoravam as esferas socioculturais e sua importância na agência humana. Ação é o termo central aqui e, nesse sentido, o linguístico e o discursivo serão compreendidos a partir do seu papel na dinâmica (inter)acional humana, buscando sempre considerar a ancoragem biológica e social do comportamento verbal. Em consequência disso, há diferenças significativas de concepção sobre a origem, a natureza e a função das representações mentais, se compararmos aos modelos computacionalistas, que enfatizam o pensamento abstrato como fim<sup>6</sup>.

Em primeiro lugar, as representações são entendidas como emergentes da ação e da interação e não apenas do processamento de *inputs*, o que implica afastar-se da ideia de que a percepção envolve apenas a “recepção passiva de qualidades abstratas do ambiente”, mas de que se trata de uma “ferramenta para exploração”, envolvida primariamente na “detecção de oportunidades para a ação” (Anderson, 2005, p. 2). Em consequência disso, o objetivo da representação não pode ser a projeção acurada do mundo externo (Nagel, 2005); elas seriam, sim, responsáveis pelas transformações sensorio-motoras adequadas para a instanciação de um comportamento funcionalmente adequado.

Em segundo lugar, os componentes das representações deixam de ser vistos como estáveis, duradouros e discretos, passando a ser enten-

<sup>6</sup> Para discussões mais detidas sobre representações em perspectiva corporeada – passando por diversos modelos – e suas possíveis distinções em relação às concepções computacionais de representação, ver Bickhard (1998), Anderson (2005), Nagel (2005), Clark (1997) e Svensson e Ziemke (2005).

dados como dinâmicos, variáveis, derivados da experiência. Em modelos de corporeamento simples – ou seja, que admitem noções computacionais mínimas, constrangidas por considerações corpóreas de caráter sensório-motor e pela neurofisiologia cerebral –, propõe-se que tais representações seriam organizadas em redes associativas com uma tendência à abstração, considerando tipos prototípicos e centrais e possibilidades marginais e periféricas<sup>7</sup>.

Em terceiro lugar, modelos corporeados reconhecem que representações são distribuídas entre indivíduos por meio do discurso, que consiste em uma das suas principais formas de transmissão. Nesse sentido, destacam a importância dos textos, considerando toda a multissemiose envolvida.

Em quarto lugar, muitos autores propõem que as representações possam envolver simulações: “a ideia básica é que as estruturas neurais que são responsáveis por percepção e ação, ou seja, com a interação direta com o mundo, são também reativadas e usadas em várias tarefas cognitivas, como imaginação, raciocínio e linguagem” (Svensson e Ziemke, 2005, p. 2118).

Talvez um dos “calcanhares de Aquiles” de uma perspectiva corporeada seja explicar o raciocínio complexo, a argumentação, o pensamento abstrato. Por um lado, é relativamente mais simples de explicar – e até mais fácil de investigar experimentalmente – que enunciados com ações tipicamente físicas, como *chutar*, *agarrar*, *mastigar* possam ser compreendidas tendo por base uma simulação atenuada – dizemos atenuada, dado que não praticamos a ação propriamente dita ao produzi-la ou interpretá-la linguisticamente – de base sensório-motora do conteúdo proposicional; mas o que dizer, por exemplo, da linguagem acadêmico-científica que permeia este artigo? O que estaria sendo simulado aqui?

Uma das propostas é que as metáforas conceptuais executariam tal ponte, conforme insinuamos na seção 2. Metáforas conceptuais – origi-

<sup>7</sup> Cabe fazermos uma grande ressalva neste ponto. Algumas abordagens corporeadas radicais, baseadas em sistemas complexos (Chemero, 2009), evitam falar em praticamente quaisquer formas de organização conceptual internalizada, seja em forma de traços, seja em forma de redes associativas; em outros termos, rejeita-se a noção de representação como um todo. Não debateremos tais perspectivas neste artigo.

nalmente concebidas por Lakoff e Johnson (1980) – são projeções entre domínios de conhecimento em que um conjunto-fonte de representações, de natureza, em geral, “corporeada”, envolvendo possíveis simulações de ordem físico-espacial, motora, sensorial, estrutura nossa compreensão de um conjunto-alvo de objetos de concepção mais abstratos, de forma que a imagética da fonte passa a ser transferida ao alvo. Assim, conceitos abstratos como *dificuldade* poderiam ser compreendidos por meio de experiências de sensorio-motoras, como *peso*, das quais deriva a metáfora DIFICULDADE É PESO<sup>8</sup>. Assim, nossa experiência com peso – domínio-fonte – estaria estruturando nossa forma de conceber a dificuldade/facilidade – domínio-alvo – de forma que leve seria fácil e difícil seria pesado<sup>9</sup>.

Não devemos, a partir disso, contudo, crer que a abordagem retorna a um biologismo exacerbado – inicialmente, sim; não mais. É de caráter cultural a projeção realizada entre domínios-fonte e domínios-alvo em diferentes comunidades epistêmicas e linguísticas, de forma que a própria projeção acima, que funciona bem no Português Brasileiro, pode não existir em outras línguas e culturas.

Isso posto, passamos, na próxima seção, a refletir acerca das possibilidades de diálogo entre modelos sociocognitivos e modelos corporeados de orientação social no âmbito dos estudos discursivo-textuais.

## 5. Articulando corporeamento, distribuição social, linguagem e discurso

Vimos, portanto, que modelos corporeados enfatizam, por um lado, o recrutamento do aparato encefálico sensorio-motor para a produção e para a interpretação linguístico-discursiva e, por outro, a integração entre percepção, cognição, afeição no que se refere à ação humana, seja *online* (situada) ou *off-line*. Também discutimos como os modelos sociocognitivos que envolvem discurso e conhecimento buscam, por meio de construtos teóricos como modelos mentais, conhecimento e ideologia – apenas

<sup>8</sup> Metáforas conceptuais são representadas por meio da fórmula DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE.

<sup>9</sup> Para um debate mais amplo sobre a relação entre metáforas conceptuais e conceitos, por um lado, e sobre outras propostas para lidar com a abstração a partir de modelos corporeados, por outro, ver Gibbs (2005).

para citar alguns – dar conta, em termos cognitivos, de dois aspectos fundamentais da atividade comunicativa humana: o dinamismo interacional de teor centrífugo e a estruturação sócio-histórica de teor centrípeto.

Na Linguística Cognitiva, tem havido uma recente preocupação em termos de criar um modelo que seja, simultaneamente, biológica e socialmente plausível – embora devamos conceder que, em termos da incorporação do social e do cultural, o modelo ainda engatinha. Nessa perspectiva, que compatibiliza propostas corporeadas e computaciona- listas – o chamado **corporeamento simples** a que Clark (1999) faz referência –, os pesquisadores assumem uma visão fluida da linguagem, não modularizada, que considera a integração intersistêmica defendida nos modelos corporeados, de forma a propor o recrutamento de processos cognitivos outros para a estruturação gramatical e para o uso em contextos reais de interação. Assim, o estudo da linguagem não é desvinculado dos estudos sobre atenção, memória, perspectivação, categorização, empatia, emoção, assim como das pesquisas ligadas ao sensório-motor, com especial atenção ao visual, ao auditivo, ao gestual, etc. Concomitantemente, a perspectiva tem buscado cada vez mais incorporar a essencial ancoragem sócio-histórica e cultural do uso linguístico e sua importância na produção e na interpretação de textos, assim como da própria configuração gramatical.

O caminho para o diálogo entre o cognitivo e o discursivo, que passa o refinamento da plausibilidade interpretativa das inferências da análise discursiva, certamente requisita a superação da velha dicotomia natureza x cultura (*nature vs. nurture*), buscando alguma noção que nos permita estabelecer uma conexão entre campos aparentemente tão díspares de conhecimento, com longa tradição até de conflito. O conceito que nos parece o melhor candidato para tal é o de **experiência**.

Para Croft (2012, p. 13), experiência diz respeito “a algum aspecto do mundo real, ou, de forma mais precisa, à apreensão humana desse aspecto”. Tal apreensão envolve a atividade dinâmica de funções corpóreas de caráter bioquímico, neurológico e sensório-motor que emergem na interação do corpo vivo com o mundo físico e material, social e cultural. Dessa complexa relação, emergem padrões de ação corporeada que criam, mantêm e sustentam o nosso conhecimento e a nossa capacidade de significação.

Logo, a nossa experiência sobre a realidade – seja ela externa ou interna – é tipicamente multimodal e intrinsecamente ancorada no socio-cultural. Decorre de tal premissa a visão de que as unidades linguísticas consistem em pontos de acesso ao conhecimento de fundo (enciclopédico, partilhado, biográfico, imagético-esquemático), em instruções parciais que guiam nossa atenção tanto a dadas categorias e referentes quanto a dadas formas de relacioná-los. Concebida como uma grande rede conectada a outros sistemas cognitivos, as construções linguísticas ativam simulações que, por sua vez, recrutam, ativam e reativam a memória, as emoções, a empatia e as estruturas do conhecimento de fundo que permitem a geração das inferências necessárias tanto para a produção quanto para a interpretação discursivas<sup>10</sup>.

É especialmente em relação ao conhecimento de fundo – termo genérico que abriga as diferentes formas de representação – que ocorrem as divisões, conforme este artigo já permitiu entrever. Para Hart (2014), este seria formado por esquemas imagéticos, *frames* e metáforas conceituais; contudo, poderíamos incluir aqui, como o faz Van Dijk (2014), noções como modelos mentais, atitudes e ideologias. O fato é que não há consenso sobre seus componentes nem intermodelos – como era de se esperar – nem intramodelos. Uma noção, como *frame*, tem inúmeras concepções mesmo no seio da Linguística Cognitiva, como bem mostra Cienki (2007). Contudo, podemos afirmar que tal conhecimento é constitutivo das práticas languageiras e é recrutado sempre, seja na produção, seja na interpretação.

Assim, a esse processo cognitivo dinâmico envolvido na construção de sentido pelo produtor e em sua reconstrução pelo ouvinte denominamos **conceptualização**. À estruturação semântica da experiência materializada no enunciado nomeamos **perspectivação conceptual** (construal).<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Ressaltamos que o aparato da Linguística Cognitiva parece estar mais voltado ao processo de interpretação que o de produção. De fato, suas categorias permitem maior potencial de inferência ao analista para que reflita sobre a forma como o microlinguístico está sendo simulado e interpretado, permitindo hipotetizar acerca dos processos cognitivos inconscientes responsáveis pela reconstrução do sentido. Por tal razão, trata-se de perspectiva que vem sendo cada vez mais utilizada por analistas críticos do discurso, que costumam destacar a importância do microlinguístico como ponto de tensão entre hegemonia e resistência sociossemióticas.

<sup>11</sup> Alguns autores, como Croft (2012), concebem **conceptualização** e **construal** como sinônimos.

Em princípio, de acordo com Croft (2012), há múltiplas perspectivas conceituais alternativas disponíveis para uma experiência, de forma que o falante deve “escolher<sup>12</sup>” entre uma e outra para a sua formulação, o que depende, dentre outros fatores, do contexto – ou das condições de produção, valendo-nos de uma noção associada mais intimamente aos estudos discursivos. Em primeiro lugar, “a perspectivação conceptual serve AOS OBJETIVOS DOS INTERLOCUTORES NO DISCURSO”; em segundo lugar, “a NATUREZA DA REALIDADE limita a perspectivação conceptual ou, ao menos, favorece algumas perspectivas conceituais em detrimento de outras”; e, por fim, “perspectivações conceituais associadas a um item lexical também são limitados por CONVENÇÕES CULTURAIS de uma comunidade de fala” (Croft, 2012, p. 18, *itálicos nossos*, versalete do autor). Em uma perspectiva discursiva, contudo, além dos fatores mencionados, interessa-nos pensar em que medida a ideologia favorece determinadas perspectivas e em que medida ela é sustentada e reproduzida por elas ou ainda de que forma ela é confrontada e transformada por perspectivas alternativas, índices da emergência de resistência. Em outros termos, é importante questionarmo-nos acerca do caráter sócio-histórico e cultural de padrões de perspectivação conceptual.

Hart (2014) propõe uma tipologia de operações de perspectivação conceptual que relaciona estratégias discursivas a sistemas cognitivos, o que permite uma análise fina, cognitivamente plausível, do microlinguístico, embora devamos ressaltar que sua proposta ainda está em elaboração e muito deve ser estudado e refinado em seu modelo. Em termos cognitivos, o autor, baseado em Croft e Cruse (2004), propõe tratar das possibilidades linguísticas de:

1. estruturar a **esquematização** dos eventos – o que se relaciona, justamente, aos esquemas imagéticos, ou seja, às abstrações de nossas experiências sensório-motoras, derivadas de simulações originárias da ativação cerebral atenuada desses sistemas;
2. direcionar a **atenção**, o que, em seu modelo, também se vincula à **visualidade**, tendo em vista que se enfoca a granularidade das categorias e das referências, o quadro de visualização

<sup>12</sup> Embora seja o verbo escolhido pelo autor – as aspas são por nossa conta –, ele mesmo ressalva que a questão não é tão simples assim e que não resulta de processo de simples escolha.



das cenas semanticamente estruturadas, bem como o foco assumido naquele *construal*;

3. **comparar** experiências e conjuntos estruturados de conhecimento, por meio da categorização e da metaforização; e
4. **perspectivar** as cenas, por meio de recursos dêiticos e pela manipulação de pontos de vista, o que inclui atividades de aproximação ou distanciamento social, espacial, temporal, epistêmico e axiológico entre os objetos-do-discurso, por um lado, e entre esses e o *self*, por outro.

Tais operações permitem um olhar corporeado para o microlinguístico, a partir do qual podemos teorizar acerca das interpretações e das simulações prováveis, o que, em um modelo sociocognitivo, como o de van Dijk (2014), representaria uma espécie de *input* para a formação de modelos mentais. Logo, uma abordagem conciliatória dos modelos permitiria refinar, por um lado, a relação entre a formação de modelos mentais e a estruturação linguístico-discursiva e, por outro, a relação entre ideologias e atitudes em face dos modos preferenciais de conceptualização de cenas.

Conhecer, de forma cada vez mais acurada, esses processos é, portanto, relevante para um entendimento mais fino das atividades de produção, distribuição, consumo e interpretação discursivas, o que requisitará uma abertura, cada vez maior, para a multi e/ou para a interdisciplinaridade.

## Considerações finais

Nosso objetivo, com este trabalho, foi discutir acerca da noção de **representação** nos estudos discursivos e cognitivos, buscando refletir sobre as possibilidades de incorporar os avanços oriundos das Ciências Cognitivas à Linguística e aos Estudos Discursivos. Finda esta tarefa – hercúlea, por um lado, e não exaustiva, por outro –, cremos que podemos destacar quatro aspectos:

A noção de representação, nos estudos discursivos, em geral, prescinde de uma sustentação de base cognitiva – há, atualmente, esforços

no sentido de suprir tal lacuna seja por modelos computacionais-amodais, seja por modelos corporeados-modais, em geral de base sociocognitiva. Este artigo apresenta um desses esforços.

As propostas ligadas à cognição corporeada, social ou não, podem suscitar a elaboração de categorias de análise que considerem a modalidade dos símbolos cognitivos – esquemas imagéticos –, podendo, assim, ampliar o teor explicativo das análises discursivas, em especial, no que tange às possibilidades interpretativas e à emergência de atitudes.

As propostas sociocognitivas permitem compreender, de modo mais refinado, a complexa relação entre o sócio-histórico (estruturação) e o coletivo, por um lado, e entre o interacional e o individual, por outro, mobilizando categorias cognitivas distintas para dar conta de tais relações. Ademais, tais abordagens também enfatizam o importante papel do discurso na geração e na transmissão de conhecimento, estando, em sua origem, já mais afinadas aos avanços dos estudos sobre linguagem.

Considerando o caráter multimodal da cognição, urge intensificarmos nossos conhecimentos acerca de outras semioses que colaboram, com a língua, na construção do sentido, inclusive refletindo acerca de formas de apropriação dos conhecimentos sobre essas semioses para revermos, repensarmos e talvez reelaborarmos nossas concepções linguísticas.

## Referências

- ANDERSON, M. Representation, evolution and embodiment. *Evolutionary Biology and the Central Problems of Cognitive Science, a special issue of Theoria et Historia Scientiarum*, n. 9, v. 1, 2005.
- BARSALOU, L. W. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 22, p.577-660, 1999.
- BICKHARD, M. Levels of Representationality. *Journal of Experimental and Theoretical Artificial Intelligence*, n. 10, v. 2, p. 179-215, 1998.
- CHEMERO, A. *Radical Embodied Cognitive Science*. Cambridge: The MIT Press, 2009.
- CLARK, A. *Being there*. Putting Brain, Body and world together again. Cambridge: MIT Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Na embodied cognitive Science? *Trends Cogn. Sci.*, n. 3, v. 9, p. 345-351, 1999.
- CROFT, W. *Verbs: Aspect and Causal Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- \_\_\_\_\_; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

- GIBBS, R.W. Jr. *Embodiment and Cognitive Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GLENBERG, A. Towards the integration of Bodily States, Language, and Action. In: SEMIN, G. R.; SMITH, E. R. *Embodied Grounding: social, cognitive, affective, and neuroscientific approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 43-70.
- GRADY, J. E. Image schemas and perception: Refining a definition. In: HAMPE, B.; GRADY, J. E. (Ed.). *From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2005. p. 35-55.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. *Veredas*, v. 18, n. 2, p. 32-50, 2014.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso, cognição e corporeamento: a Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas à reorganização escolar em São Paulo. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto et al. (Org.) *Discurso e Linguística: diálogos possíveis*. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. p. 230-244.
- HART, C. *Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives*. London: Bloomsbury, 2014.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LINDBLOM, J. *Embodied Social Cognition*. New York: Springer, 2015.
- MASON, R.; JUST, M. Neural Representations of Physics Concepts. *Psychological Science*, n. 27, v. 6, p. 904-913, jun. 2016.
- NAGEL, S. *Embodied, Dynamical Representationalism: Representations in Cognitive Science*. Osnabrück: Publications of the Institute of Cognitive Sciences, 2005.
- SEMIN, G. R.; SMITH, E.R. Introducing Embodied Grounding. In: SEMIN, G.R.; SMITH, E.R. *Embodied Grounding: social, cognitive, affective, and neuroscientific approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 01-05.
- SVENSSON, H.; ZIEMKE, T. Embodied representation: What are the Issues? In: BARA, B.G.; BARSALOU, L.; BUCCIARELLI, M. (Ed.). *Proceedings of the XXVII Annual Conference of the Cognitive Science Society*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. p. 2116-2221.
- TALMY, L. *Towards a Cognitive Semantics*. Cambridge: MIT Press, 2000. vol. 1.
- VAN DIJK, T. A. *Discourse and Knowledge: A Sociocognitive Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

